

ASPECTOS SEMÂNTICO-ARGUMENTATIVOS E DISCURSIVOS NAS TIRAS DE DILBERT: diálogos com a educação profissional e tecnológica

SEMANTIC-ARGUMENTATIVE AND DISCURSIVE ASPECTS IN DILBERT'S STRIPS: dialogues with professional and technological education

Thiago José Ferreira de Sousa¹ - IFPB
Avelino Aldo de Lima Neto² - IFRN
Salim Mokaddem³ - Universidade de Montpellier

RESUMO

Neste artigo, buscou-se realizar uma análise semântico-argumentativa e discursiva de fragmentos das tiras de Dilbert, a fim de verificar o modo de funcionamento das relações de poder presentificadas na materialidade linguística, recorrendo aos conceitos da Teoria da Argumentação na Língua e da Análise do Discurso de linha francesa. Com isso, pretendeu-se mostrar como os enunciadores reproduzem discursos a partir de uma formação discursiva empresarial. Aventou-se, de igual modo, estabelecer uma ponte entre a análise aqui empreendida e a materialização de práticas pedagógicas alinhadas a um ideal de formação humana integral na Educação Profissional e Tecnológica. Concluiu-se haver, na materialidade discursiva analisada, uma significativa potencialidade relativa à problematização das relações de poder, sobretudo no mundo do trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: Tiras de Dilbert; Semântica Argumentativa; Análise do Discurso; Relações de poder; Educação Profissional e Tecnológica.

ABSTRACT

In this article, we sought to perform a semantic-argumentative and discourse analysis of fragments of Dilbert's strips, in order to verify how the power relations present in the linguistic materiality work, using the concepts of the Theory of Argumentation in Language and the French Discourse Analysis. With this, it was intended to show how the enunciators reproduce discourses from a corporate discursive formation. We also tried to establish a bridge between the analysis undertaken here and the materialization of pedagogical practices aligned with an ideal of integral human formation in Vocational and Technological Education. It was concluded that there is, in the analyzed discursive materiality, a significant potentiality related to the problematization of power relations, especially in the world of work.

KEY-WORDS: Dilbert Strips; Argumentative Semantics; Discourse Analysis; Relations of Power; Vocational and Technological Education.

DOI: 10.21920/recei720228251328
<http://dx.doi.org/10.21920/recei720228251328>

¹Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba e mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional do IFRN. E-mail: thiagofsofusa@hotmail.com / ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5670-0773>.

²Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte e doutor em Educação pela Université Paul Valéry - Montpellier III. Docente dos Programas de Pós-Graduação em Educação Profissional (IFRN) e em Educação (UFRN). E-mail: avelino.lima@ifrn.edu.br / ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4810-8742>.

³Professor da Faculdade de Educação da Universidade de Montpellier/França e doutor em Filosofia pela Universidade Paris 1 Panthéon - Sorbonne. E-mail: salim.mokaddem@umontpellier.fr / ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6510-691X>.

INTRODUÇÃO

A sinergia entre as semioses verbal e não verbal, a heterogeneidade tipológica, o confronto entre discursos antagônicos, a potencialidade para a crítica atrelada ao riso, a presença em diversos domínios discursivos, dentre outros atributos, evidencia a pleora de possibilidades de pesquisas científicas com a utilização da arte sequencial (EISNER, 1999), mais conhecida como Histórias em Quadrinhos (HQs). Cirne (2000) empreende uma tentativa de conceituação das HQs, para ele “Quadrinhos são uma narrativa gráfico-visual, impulsionada por sucessivos cortes, cortes estes que agenciam imagens rabiscadas, desenhadas e/ou pintadas” (CIRNE, 2000, p. 23-24). Quanto ao uso desse gênero na escola, de acordo com Mendonça (2002, p. 207), as HQs “funcionam como recursos didáticos poderosos, tornando tanto mais acessíveis quando mais “palatáveis” tópicos complexos, com os quais professores têm dificuldade na prática docente”.

Na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), modalidade educativa marcada pelo trabalho como princípio educativo (SAVIANI, 1989), as práticas pedagógicas com a utilização das HQs em sala de aula podem adquirir múltiplas possibilidades de problematização das relações de poder, notadamente no mundo do trabalho. Tendo em vista nossa filiação a um modelo de educação Marxiana⁴, o qual nomeamos de Formação Humana Integral e Politécnica, a utilização do referido gênero possibilitará, por meio do teor político dos textos, o desvelamento das relações de superexploração no trabalho em uma sociedade capitalista, evidenciadas por Marx ao longo de sua obra.

À luz do pensamento principalmente de Karl Marx e Antonio Gramsci, estudiosos do campo da Educação Profissional (EP)⁵ como Saviani (1989), Frigotto (1985), Ciavatta (2000), dentre outros, têm trazido importantes contribuições acerca da problematização da formação humana integral e politécnica no estágio atual de desenvolvimento da sociedade capitalista. Para os estudiosos desse campo teórico, a partir do materialismo histórico-dialético, é essencial entender que o trabalho constitui o homem ontologicamente. Dessa forma, as práticas pedagógicas integradas devem girar em torno de uma proposta que congregue trabalho e instrução, ou seja, faz-se necessário compreender o trabalho como princípio educativo e a pesquisa como princípio pedagógico. Para Saviani (1989, p. 1-2), o trabalho constitui-se como princípio educativo em três sentidos:

Num primeiro sentido, o trabalho é princípio educativo na medida em que determina, pelo grau de desenvolvimento social atingido historicamente, o modo de ser da educação em seu conjunto. Nesse sentido, aos modos de produção [...] correspondem modos distintos de educar com uma correspondente forma dominante de educação. [...]. Num segundo sentido, o trabalho é princípio educativo na medida em que coloca exigências específicas que o processo educativo deve preencher em vista da participação direta dos

⁴Manacorda (2010) afirma que podemos constatar a presença de textos explicitamente pedagógicos em Marx, são eles: *Manifesto do Partido Comunista* (MARX; ENGELS, 2001); *O capital* (MARX, 1996); *Instruções para os delegados do Conselho Central Provisório* (MARX, 1982a); e *A crítica ao programa de Gotha* (MARX, 1982b).

⁵De acordo com Manfredi (2002, p. 61) “Educação Profissional é um campo de disputa e de negociação entre os diferentes segmentos e grupos que compõem uma sociedade, desvelando a dimensão histórico-política das reformas de ensino, das concepções, dos projetos e das práticas formativas”. Atendo-nos a essa definição, quando citamos Educação profissional (EP) neste trabalho, estamos nos referindo a um campo teórico-epistemológico, ou seja, de pesquisa.

membros da sociedade no trabalho socialmente produtivo. [...] Finalmente o trabalho é princípio educativo num terceiro sentido, à medida em que determina a educação como uma modalidade específica e diferenciada de trabalho: o trabalho pedagógico.

Graças à natureza crítica das HQs, os autores podem questionar a ordem do discurso (FOUCAULT, 1996) vigente de uma forma menos direta, ao lançar mão de estratégias argumentativas que trabalham pressupostos e subentendidos. Assim, verificou-se a possibilidade da realização de uma análise das HQs que estabelecesse um diálogo entre a Semântica Argumentativa e a questão das relações de poder de base foucaultiana, estudadas pela Análise do Discurso Francesa (AD), com a finalidade de realçar a importância da leitura desse gênero, em razão do desenvolvimento da criticidade dos sujeitos leitores na EPT. Buscamos estabelecer um diálogo entre os dois quadros teóricos – Semântica Argumentativa e AD –, considerando que cada um tem a contribuir, ao seu modo, para a análise dos efeitos de sentidos: o primeiro, mais voltado para a materialidade linguística; o segundo, para os múltiplos embates presentes no discurso presentes no discurso.

Para Foucault (2006), as dinâmicas que organizam e sustentam a vida social são transformadas e reforçadas por meio de relações de força e de enfrentamentos. Entender o *modus operandi* delas é essencial para o exercício de práticas sociais e pedagógicas que promovam a resistência e a emancipação dos sujeitos. A leitura das HQs em si mesma pode alargar a possibilidade de problematização dessas questões, porém o seu estudo orientado sob uma base de trabalho como princípio educativo entra em consonância com o que acreditamos ser uma prática pedagógica alinhada à formação humana integral e politécnica, modelo o qual defendemos ser essencial para a EPT.

Em face ao estudo das relações de poder nas HQs, não poderíamos pensar num *corpus* mais adequado do que as tiras⁶ de Dilbert, escritas por Scott Adams (2011). As tiras de Dilbert trazem uma crítica aos procedimentos administrativos, intensificados no mundo corporativo, a partir da década de 90, por meio de programas de qualidade, reengenharia, entre outros, em decorrência do recrudescimento das políticas e práticas neoliberais em uma sociedade onde o ‘regime de acumulação flexível’ (HARVEY, 2000) é predominante. A leitura das tiras em questão revela a burocracia excessiva no mundo empresarial sob o ponto de vista dos subordinados, já que esses geralmente são as maiores vítimas dos assédios morais por conta da demanda desenfreada por qualidade e, conseqüentemente, lucro. O personagem principal é um engenheiro ‘barrigudo’, dono de um cão ‘mais inteligente que ele’, já que o manipula sem que perceba. Os personagens das tiras, que trabalham em cubículos, muitas vezes, parecem não se conformar com os absurdos ocorridos no local de trabalho, no entanto, no entanto, são incapazes de visualizar estratégias de transformação, pelo próprio processo de sujeição desencadeado pela organização laboral no Capital.

O objetivo deste artigo, por conseguinte, é fazer uma análise das relações de poder num conjunto de tiras de Dilbert, escritas por Scott Adams (2011). Utilizaremos alguns conceitos da Teoria Argumentativa na Língua (TAL), especialmente nas contribuições de Ascombe & Ducrot (1997) e Ducrot (1977), fazendo um diálogo com a questão das relações de poder trabalhadas pela Análise do Discurso de Linha Francesa (AD), focando nas considerações presentes nos estudos de Michel Foucault (1986; 1996; 2005; 2006; 2007). Pretendemos demonstrar como os enunciadores utilizaram estratégias de argumentação para impor seu poder na ordem do discurso

⁶ Segundo Mendonça (2002, p. 198), as tiras são um subtipo de HQ: mais curtas (até 4 quadrinhos) e, portanto, de caráter sintético, podem ser sequenciais (“capítulos” de narrativas maiores) ou fechadas (um episódio por dia).

hierárquico-corporativo, o que se revela enriquecedor como possibilidade de prática pedagógica na EPT.

A estrutura deste trabalho será composta, primeiramente, das definições dos conceitos da Semântica Argumentativa a serem trabalhados, logo após, de alguns conceitos importantes da AD e, finalmente, da análise do *corpus* mediante a utilização dos conceitos pré-definidos e, por fim, das considerações finais.

A TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO NA LÍNGUA (TAL)

Muitas vezes, o sucesso de nossas ações é pautado na forma pela qual nos dirigimos aos nossos pares. Organizamos nossas falas de modo a exercer influências por meio de nossos pontos de vista, o que vai muito além da mera comunicação. Tendo isso em vista, o estudioso francês Oswald Ducrot, considerado o pai da Semântica Argumentativa, a partir dos anos 70, desenvolve o pressuposto de que os encadeamentos argumentativos possíveis, presentes na enunciação, estão ligados às estruturas linguísticas dos enunciados. Para o francês, os elementos estruturais, assim como os conectores, definem uma tomada de posição do locutor na enunciação. Portanto, “para a Teoria da Argumentação na Língua (TAL), a argumentação encontra-se marcada nas escolhas lingüísticas” (CABRAL, 2010, p. 15). De acordo com a TAL, a argumentação consiste em apresentar um enunciado como destinado a fazer admitir um outro. Outro ponto importante da teoria desenvolvida por Anscrombe & Ducrot (1997), com base em Grice (1975), é a proposta de um princípio geral da conversação, chamado de ‘leis do discurso’, que é determinado por máximas (qualidade, quantidade, relevância e modo) que visam uma comunicação eficiente, racional e cooperativa.

Para os pesquisadores da TAL, faz parte do sentido de um enunciado pretender indicar o direcionamento da continuação do diálogo, ou seja, nós sempre tendemos a orientar o interlocutor em direção a uma conclusão específica. A TAL desenvolveu esse pressuposto a partir do estudo dos conectores. Exemplificaremos aqui, o uso do conector ‘mas’ Esse conector tende a “conduzir a argumentação para a conclusão a que conduz o segundo segmento do enunciado” (CABRAL, 2010 p. 17). Supomos que você foi a uma loja com um colega e o mesmo pediu sua opinião a respeito da compra de uma camisa, você responde: “Esta camisa é maravilhosa, mas ficou um pouco apertada”. O ‘mas’, nesse caso, pode ter sido utilizado para argumentar em favor de fazer com que o interlocutor não compre a camisa. Depois do ‘mas’ não se pode dizer qualquer coisa, se não, corremos o risco de tornar nossa fala agramatical. Portanto, não poderíamos dizer: ‘Esta camisa é maravilhosa, mas ficou muito boa em você’, por conta da condução argumentativa contraditória, empreendida pelo uso do conector ‘mas’.

De acordo com as gramáticas normativas, a função do conector ‘mas’ é apontar a oposição entre as unidades que une. No entanto, no último exemplo, verificamos não haver oposição entre a qualidade da camisa e o fato de ela ter ficado apertada. Segundo a TAL, o que há é a oposição entre duas conclusões possíveis, ou seja: comprar ou não comprar a camisa, predominando a argumentação em favor da conclusão que se encontra à direita de ‘mas’.

Uma das teorias mais importantes nos estudos da argumentação é a Teoria dos Atos de Fala, conforme a qual os enunciados veiculam ações por meio de ‘forças’. Quando emitimos enunciados, produzimos atos de fala que podem ter o valor de crítica, convite, aviso etc. Enunciados que são considerados pelas gramáticas normativas como assertivos, atribuídos da função de afirmar ou negar algo, na teoria dos Atos de Fala não têm essa função, pois, na realidade, são usados para fazer algo, ou seja, são performativos. Por exemplo, ao dizer ‘Está quente hoje’ não estamos, apenas, e tão somente, fazendo uma asserção sobre o tempo, mas sim,

tentando influenciar alguém a ligar o condicionador de ar. Nesse caso, consideramos que o enunciado teve um valor ilocucional de pedido.

Conforme Cabral (2010, p. 24), um ato ilocucional “associa força a enunciação considerando a língua como um meio para se atingir um fim”. É de extrema importância, em qualquer análise semântica, a consideração dos atos ilocucionais na enunciação, pois a partir desse ponto de vista, passamos a considerar que a fala é sempre repleta de força argumentativa e que por meio dela buscamos direcionar as ações dos outros.

De acordo com Ducrot (1977), os enunciados sempre põem algo. Isso quer dizer que o que é dito claramente num enunciado é chamado de posto. Contudo, nem sempre desejamos dizer tudo de forma clara, há certas situações em que queremos nos isentar da responsabilidade de ter dito, fazemos isso por meio do recurso da linguagem implícita. Frequentemente, na enunciação, encontramos-nos em situações em que há entraves, receios, culpas etc. Às vezes, queremos evitar confrontos diretos com os interlocutores e, por isso, usamos a linguagem implícita nessas ocasiões.

Cabral (2010) assevera que os processos de implicitação dos sentidos podem ser divididos em duas categorias: i) os que “dependem do contexto e enunciação e de um raciocínio do interlocutor para serem reconstruídos”; ii) e aqueles “inscritos na significação dos elementos que compõem o enunciado” (CABRAL, 2010, p. 61). Concebendo o processo de implicitação como os subentendidos e o outro processo de implicitação como sendo os pressupostos.

Conforme Ducrot (1977, p. 20), os subentendidos “não fazem parecer dispositivos interiores à língua, cuja formação seria permitir a formação de significações”. Os pressupostos, em oposição, estão inscritos na língua, não dependendo apenas do raciocínio do interlocutor. Demonstraremos a seguir o funcionamento dos dois conceitos. Para tanto, poderíamos hipotetizar a seguinte situação: Uma mãe vê o seu filho pequeno quebrando algum objeto dentro de casa e dirige-lhe a palavra de tal modo: ‘Muito bonito’. Dessa forma, o filho, ao perceber que seu erro não se constitui em uma ação atribuída de beleza, tanto pela linguagem corporal, quanto pela entonação da mãe, entende que ela está, na realidade o recriminando e não o elogiando. A advertência fica, portanto, subentendida. Já um enunciado que contém um pressuposto, sempre põe uma coisa, e pressupõe outra. Por exemplo: ‘Romário parou de jogar futebol’. Esse enunciado põe que Romário não joga mais e pressupõe que ele jogava antes. Mesmo apresentando essa divisão dos processos de implicitação dos sentidos nos enunciados, a nível de sistematização, chamaremos, em nossa análise, tanto os pressupostos quando os subentendidos de implícitos.

De acordo com Anscrombe & Ducrot, (1997), o ato de argumentar refere-se a uma propriedade ou a uma qualidade ‘R’ em relação a qual o locutor situa o objeto. Dessa forma, supomos que tomaremos um ônibus para ir a uma reunião às 18:00 e temos duas opções: i) O ônibus A chegará ao destino às 17:50; ii) O ônibus B chegará ao destino às 18:10. Se considerarmos a qualidade ‘R’: chegar pontualmente ao encontro, a primeira opção constituirá um argumento superior à segunda opção. Para a TAL, são os *topos* que tornam possível o ato de argumentar. Eles são lugares comuns a uma coletividade que viabilizam os encadeamentos argumentativos. No exemplo anterior, percebemos que há a crença social ou os *topos* que considera correto o ato de chegar pontualmente aos encontros (embora algumas culturas deem mais importância à pontualidade do que outras). Essa teoria implica a existência de escalas argumentativas, permitindo, então, avaliar argumentos em termos de forças, considerando que em relação a uma qualidade ‘R’ ou a uma conclusão há argumentos mais fortes que outros.

Outro conceito importante para a nossa análise é o de polifonia. Um mesmo enunciado pode apresentar diferentes pontos de vista, figurando também mediante diversas vozes, em que o sujeito a quem se atribui a produção física do enunciado chamamos de locutor, já os

enunciadores são os seres que se exprimem por meio da enunciação: são os diferentes pontos de vistas presentes na materialidade discursiva. É preciso salientar que os enunciadores não se confundem com o sujeito empírico, pois são pontos de vista abstratos. Admitir a existência de várias vozes ou pontos de vista na enunciação é um recurso muito poderoso para o trabalho dialógico com o discurso, pois possibilita transpor os limites da materialidade linguística, especialmente tratando-se do objetivo proposto nesse artigo: analisar as relações de poder num conjunto de tiras de Dilbert, relações, muitas vezes, percebidas por meio de vozes antagônicas presentificadas no discurso de um mesmo locutor.

ANÁLISE DO DISCURSO DE LINHA FRANCESA

De acordo com Orlandi (2003), a AD Francesa tem um importante papel nos estudos contemporâneos da linguagem: “Problematizar as maneiras de ler, levar o sujeito falante ou o leitor a se colocarem questões sobre o que produzem e o que ouvem nas diferentes manifestações da linguagem” (ORLANDI, 2003, p. 9). Cabe a nós perguntarmos como nos relacionamos com a linguagem em nosso dia a dia, frente às diversas posições de sujeito que assumimos: pai, mãe, filho, amigo, cidadão etc.

Em 1969, Pêcheux dá o pontapé inicial na AD de linha francesa, ao definir um objeto diferente do objeto da linguística, que tratara até então da língua. A AD se preocuparia com o discurso e com a sua relação com a língua, com o sujeito e com a história. A partir daí, a AD volta-se para o exterior linguístico, “procurando apreender como no linguístico inscrevem-se as condições sócio-históricas de produção” (BRANDÃO, 2004, p. 103).

A AD é um importante dispositivo de interpretação que não se preocupa em revelar “verdades” por trás dos textos, mas sim, em entender os modos de funcionamentos dos discursos produzidos por sujeitos que significam a partir de formações discursivas. A AD se preocupa com a mobilidade dos sentidos, entendendo que o mesmo enunciado adquire sentidos diversos dependendo da formação discursiva na qual se posiciona o sujeito: “todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro” (PÊCHEUX, 1997, p. 53).

No entanto, de acordo com Pêcheux (1995), o sujeito não tem ciência de sua ligação às formações discursivas, pois apaga a ligação que o remete exteriormente à formação discursiva a partir da qual enuncia. O sujeito tem a ilusão que é origem de seu dizer, quando na verdade, o que ele diz é reprodução de um já dito. Conforme Foucault (1996), há no dizer do sujeito uma sedimentação de processos de significação produzindo a institucionalização do sentido dominante. De acordo com o filósofo francês, a produção de discursos em toda sociedade: “é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certos números de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos” (FOUCAULT, 1996, p. 8-9).

Um dos mecanismos de controle do discurso é a vontade de verdade (FOUCAULT, 1996), que se refere aos discursos tidos como inquestionáveis em determinada época. Os sujeitos enunciam dentro de formações discursivas regidas por formações ideológicas, reproduzindo essa vontade de verdade através de discursos que regulam a ação de outros discursos numa relação de poder. A vontade de verdade estaria ligada diretamente à produção de saberes e, conseqüentemente, de poder:

[...] mecanismos e técnicas infinitesimais de poder que estão intimamente relacionados com a produção de determinados saberes – sobre o criminoso, a

sexualidade, a doença, a loucura etc. - e analisar como esses micro-poderes, que possuem tecnologia e história específicas, se relacionam com o nível mais geral do poder constituído pelo aparelho de Estado (MACHADO, 1982, p, XIII).

Para Foucault (2005), no século XVIII surge um entrelaçamento entre o saber e poder, quando nossa sociedade deixa de ser penal para tornar-se disciplinar. Para ele, a vigília do panóptico tanto desempenhava um poder quanto, em concomitância, constituía saberes, já que, nesse caso, as relações de poder empreendidas nas prisões se encontraram com os saberes referentes à criminologia. O poder, o saber e a verdade estariam intrinsecamente ligados, pois alguns saberes institucionalizados, erigidos em nossa sociedade, são cristalizados como verdades absolutas e inserem os sujeitos em relações de poder onde os detentores dos saberes são autorizados a veicular certos tipos de discursos e exercer dominância em relação a outros sujeitos.

O poder seria um lugar provisório e estratégico onde essas relações de enfrentamento e dominação se entrelaçam com o saber e a verdade. No mundo empresarial, local em que se passam os acontecimentos retratados pelas tiras de Dilbert, os diversos dizeres produzidos são organizados em domínios de saber que viabilizam a prática das relações de poder, “promovendo novos conceitos, técnicas e efeitos de sentido, o que faz surgir novas formas de controle sobre os sujeitos organizacionais” (SOUTO MAIOR, 2011, p. 20).

Consideramos que a leitura das tiras de Dilbert revela uma crítica ao que podemos chamar de *verdade empresarial*. Ela organiza todas as relações e instituições a partir da racionalidade do capital neoliberal, transcendendo o campo estritamente econômico e se transformando em lei social geral, chegando, inclusive, à escola (LAVAL, 2019). Além disso, as tiras em questão também impõem um direcionamento na forma como essa verdade disciplina os sujeitos a adotarem uma postura padrão, que é condizente com os ideais da empresa: eles são viabilizados pelo acúmulo de saberes que são produzidos pela teoria administrativa. Por meio da ironia, da sátira e de estratégias argumentativas que trabalham pressupostos e subentendidos, o autor zomba dos modos de funcionamento assimétrico das relações que sustentam o assédio, as ameaças e a desmoralização.

De acordo com Souto Maior (2011, p. 33-34) o discurso empresarial institui “procedimentos técnicos de culturação dos sujeitos organizacionais pelo poder que impõe para a adoção de gestos, atitudes, comportamentos, hábitos, discursos, condizentes com as necessidades a empresa”. O grande problema revelado pela crítica nas tiras é que essas necessidades da empresa, visando o lucro exacerbado, atropelam ideais humanos, fazem surgir doenças físicas e psicológicas decorrentes da padronização excessiva desses sujeitos, que não pensam mais em si mesmos, mas sim nos ideais de outros.

A AD é um dispositivo fundamental para o entendimento dessas relações, enquanto teoria do sentido, estudando o discurso em sua materialidade, buscando compreender como se dão as relações de sentido através do estudo das condições de produção.

Ao argumentar, os sujeitos podem se colocar no lugar de seus interlocutores ao produzir enunciados, portanto, eles enunciarão baseados no efeito que pensam produzir nos seus ouvintes. Esse mecanismo se chama *antecipação*. Desse modo, segundo Orlandi (2003, p. 39), a relação de forças prevê que o lugar a partir do qual o sujeito fala é constitutivo do que ele diz. As relações são, portanto, de forças hierarquizadas, sustentadas no poder dos diferentes lugares. Assim sendo, o que são descritos pela AD não são os sujeitos físicos nem seus lugares empíricos, mas suas imagens que funcionam como projeções. Ao enunciarmos, o fazemos de diversos lugares: do lugar de pai, de mãe, de filho, de filha e também referenciamos nosso discurso tendo em mente os lugares de nossos interlocutores.

Por isso a noção de formação discursiva (FD) é tão importante para a AD, pois, como já explicitado, o sentido deriva das posições que o sujeito assume no interior dessas diversas formações. Foucault (1986, p. 136) assevera que as FD são “um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço que definiram em uma época dada [...] as condições de exercício da função enunciativa”. Faz-se importante alertar que os limites que definem as FD não são estáveis, pois elas se inscrevem interdiscursivamente em espaços de embates e lutas ideológicas e retomam dizeres presentes em outras formações. Para a AD, todos os sentidos produzidos por vozes anônimas e já esquecidos estão inscritos no interdiscurso, que se constitui de um complexo de formações discursivas, diferenciando-se da memória discursiva que se refere a uma memória coletiva e social que está inscrita no interior de uma FD. Ou seja, o interdiscurso se refere a todos os sentidos possíveis, “já a memória discursiva refere-se apenas aos sentidos autorizados pela forma-sujeito no âmbito de uma FD” (INDURSKY, 2011, p. 86-87).

A memória e o interdiscurso se relacionam diretamente ao princípio de repetibilidade, que está na base da produção discursiva: os sentidos vão se solidificando dentro das FD, através da retomada de pré-construídos. No entanto, alguns dos sentidos vão deslizando e onde eram autorizados, passam a ser proibidos. Isso faz parte da movência dos sentidos que acontece no seio das práticas discursivas em nossa sociedade. Por meio das práticas discursivas, os sujeitos fazem ressoar discursos que já estão em circulação, embora tenham a ilusão de ser origem de seus dizeres. Dessa forma, os sentidos dominantes, regidos pela vontade de verdade se estabilizam por meio dos discursos mobilizados, viabilizando as relações de poder.

A consideração dos conceitos aqui expostos é de extrema relevância para a análise das relações de poder nas tiras, pois, enquanto teoria dos sentidos, a AD pode ultrapassar a materialidade da língua, chegando ao discurso e, conseqüentemente, às forças ideológicas que regem esses discursos. Sendo assim, o trabalho com a AD possibilita um contato menos ingênuo com a linguagem, visto que para essa teoria, a ‘comunicação’ nunca se dá de forma transparente, sendo sempre movida sendo sempre movida por lutas de diversas naturezas, profundamente imbricadas com a *verdade empresarial* que nutre a *ordem do discurso* capitalista. Ademais, como veremos posteriormente, a EPT surge como um espaço estratégico de resistência à lógica discursiva empresarial, daí a importância de articularmos a AD às práticas pedagógicas dessa modalidade educativa.

A seguir, faremos a análise de uma tira de Dilbert mediante a utilização de conceitos da Teoria Argumentativa na Língua e tecendo considerações acerca das relações assimétricas de poder retratadas por ela.

ANÁLISE DO *CORPUS*

Figura 1: Quadrinhos 1 e 2



Fonte: ADAMS (2011, p. 7).

A personagem principal da tira a ser analisada se chama Carol, ela é uma secretária que odeia seu chefe e todos os seus colegas de trabalho. No primeiro quadrinho da tira, assistimos ao chefe nomeando Carol 'diretora de primeiras impressões'. No segundo quadro, visualizamos sua reação de felicidade ao relatar que finalmente o seu trabalho árduo fora recompensado devido a sua promoção de uma simples secretária para uma diretora. Como a AD considera os discursos em movimento na sua articulação entre língua e história, faz-se importante pontuar quais valores se relacionam a 'ser uma secretária' e 'ser uma diretora', na atual conjuntura histórico-social.

Secretários são responsáveis por assessorar os executivos no desempenho de suas funções, marcar e cancelar compromissos, prover informações básicas, entre outros. Já diretores são profissionais com funções dirigentes de alta responsabilidade, geralmente responsáveis por gerenciar um corpo de funcionários numa empresa. O *status* social de 'ser um diretor' em nossa sociedade é muito superior ao de 'ser um secretário', principalmente pela discrepância entre a remuneração dos dois sujeitos frente ao mercado de trabalho. Além disso, no mundo empresarial, geralmente os secretários são subordinados aos diretores.

De acordo com o *website* da FENASEC (Federação nacional das secretárias e secretários), no meio empresarial circundam discursos de precarização do secretariado: o profissional da área muitas vezes é chamado de assistente ou auxiliar administrativo, pois se acredita que, dessa forma, ele se torna mais importante.⁷ Outras vezes, o secretariado é associado à profissão de empregado doméstico, ao passo que atribuí-se às empregadas domésticas a expressão 'secretárias do lar'. Tendo isso em vista, nos chama atenção que esse baixo *status* atribuído a função de secretariado, pode ser explicado pelo fato de que na maioria das vezes a função é exercida por mulheres. De acordo com Bennet (2016), até mesmo quando a mulher não é uma secretária, muitos homens em posturas machistas, se dirigem a elas como se fossem pedindo para buscar uma xícara de café para um cliente ou fazer anotações durante uma reunião, tais práticas revelam a superexploração da mulher em suas atividades de trabalho.

Figura 2: Quadrinho 3

⁷Disponível em: <http://www.fenassec.com.br/b_osecretariado_profissao_secretariado.html>. Acesso em: 25 de fevereiro de 2021.



Fonte: ADAMS (2011, p. 7).

Observamos o início do conflito de Carol no quadrinho 3 quando ela recepciona o primeiro cliente. Ao chegar, o homem pergunta a localização do banheiro. Temos o primeiro trabalho significativo dos significados implícitos. A pergunta feita pelo interlocutor aborrece Carol. Através do recurso da multimodalidade, relação entre as linguagens verbal e não verbal, o que é bem característico do gênero tira, fica implícito que a pergunta feita pelo interlocutor deveria ser direcionada a uma secretária e não a uma “diretora de primeiras impressões”. Expressão adotada por seu chefe para mascarar a não ascensão profissional da personagem Carol, que sendo secretária, realmente, dirige as primeiras impressões daqueles que adentram ao ambiente corporativo que faz parte. Carol sente-se como se tivesse seu *status* social rebaixado ao fazer um trabalho que é inferior ao dela. Através do balão que figura o pensamento, Carol reivindica um ambiente de trabalho adequado ao *status* de sua nova, suposta, função. Nesse primeiro momento, Carol se isenta do embate com seu interlocutor, apenas os leitores conseguem recuperar os motivos da indignação e do mau humor de Carol, seu interlocutor na narrativa da tira não está apto a fazê-lo, pois não participou do contexto de produção da cena anterior, que retrata a simulação dos sentidos pela adoção de um discurso corporativo que encena a multiplicidade dos efeitos de sentidos possíveis pela linguagem em ação nas práticas sociais moldadas pela posição de sujeito, o poder e os saberes investidos para as tessituras das relações no ambiente de trabalho.

Figura 3: Quadrinhos 4, 5 e 6



Fonte: ADAMS (2011, p. 7).

Na sequência acima, composta dos quadrinhos 3, 4 e 5, há a continuidade do conflito iniciado no quadro 3, quando Carol, tendo em vista o problema ocorrido anteriormente, usa um

“mecanismo argumentativo de antecipação”, de modo a prevenir o rebaixamento de sua posição. De acordo com Orlandi (2003, p. 39), “todo sujeito tem a capacidade de [...] colocar-se no lugar em que seu interlocutor ouve suas palavras”, tendo, assim, o efeito de “dirigir o processo de argumentação visando seus efeitos sobre o interlocutor.” Dessa forma, o enunciado “posso parecer uma recepcionista, mas na verdade sou uma diretora de primeiras impressões”, segundo a TAL, tem uma “força ilocucional” de advertência (CABRAL, 2010, p. 24), pois visa fazer algo, ao invés de simplesmente dizer algo, ou seja, ao fazer uso dessa estratégia, Carol objetiva que seu interlocutor tenha uma atitude diferente para com ela, não a tratando como uma simples secretária. Na mesma passagem, podemos observar a presença de dois enunciadores: E1: ‘posso parecer uma recepcionista’ (é a imagem que Carol pensa que seu interlocutor tem dela); e E2: ‘na verdade, sou uma diretora de primeiras impressões’ (é a imagem que Carol tem de si mesma e vende/impõe ao interlocutor).

Em conformidade com a TAL, o encadeamento argumentativo possível no enunciado é previsto pelo uso do conector argumentativo ‘mas’, que ao ser usado tende a “conduzir a argumentação para a conclusão a que conduz o segundo segmento do enunciado” (CABRAL, 2010 p. 17). Em relação a uma qualidade ‘R’, ser reconhecido profissionalmente, existem dois argumentos: i) ser secretária; ii) ser diretora. No entanto, o argumento que se encontra à direita de “mas” é o que possui mais força, portanto, é dotado de superioridade argumentativa em relação ao anterior.

O que viabiliza a utilização dos argumentos presentes no quadrinho 4 é a inserção do sujeito Carol em uma formação discursiva (FD), isto é, em um conjunto semelhante de objetos, no interior do qual se situam em lugares apropriados. Tais objetos são regidos por uma lei de aparecimento e, concomitantemente, de exclusão desse mesmo conjunto (FOUCAULT, 2008). Percebemos que Carol enuncia no interior de uma formação discursiva empresarial, a qual é regida por uma formação ideológica capitalista. Os discursos que se dão dentro das empresas são altamente controlados por meio da lógica hierárquica. Notamos, pela promoção de Carol ao cargo de primeiras impressões, que essa lógica é satirizada pelo locutor na forma em que são criadas mais e mais funções numa cadeia infinda de subordinações (pode-se pressupor que há uma diretora de segundas impressões e até de terceiras impressões).

A força da contra-argumentação utilizada pelo interlocutor no quadrinho 5 consiste justamente no fato de que ele se posiciona na mesma formação discursiva empresarial. Além disso, o interlocutor emprega quase a mesma oração enunciada por Carol, apenas mudando as funções de secretária para a de vendedor de cartuchos, e de diretora de primeiras impressões para “CEO da HP”. A sigla CEO vem do inglês e significa *Chief Executive Officer*, e é correspondente ao cargo de diretor administrativo, muitas vezes o cargo mais importante dentro de uma empresa. Já HP se refere a uma das maiores empresas americanas de Tecnologia da Informação (TI).

Nessa passagem da narrativa da tira em análise, em “posso parecer ser um vendedor de cartuchos, mas na verdade sou o CEO da HP” temos dois argumentos dentro do mesmo enunciado: i) ser vendedor; ii) ser ‘CEO da HP’. Nesse caso, o segundo argumento, que se encontra à direita de ‘mas’ é o que detêm superioridade argumentativa. Ao contrapor o argumento de Carol ao do seu interlocutor, em relação à qualidade ‘R’: ser reconhecido profissionalmente, o mais forte é ‘ser CEO da HP’. Portanto, na relação de forças argumentativas, o cliente se sai melhor, pois conhece bem as regras do jogo empresarial e, se posicionando na mesma formação discursiva de Carol, utiliza o melhor argumento, vencendo o embate discursivo de imposição de poderes.

Podemos identificar no último quadro o reconhecimento da vitória argumentativa, ou felicidade no argumento e persuasão, por meio do enunciado ‘você venceu’. O interlocutor revela

que não é o CEO da HP, mas, sim, um mero vendedor. A partir da mentira, ou usando o conceito da TAL, a partir da “quebra da máxima da qualidade” (CABRAL, 2010 p. 39). O vendedor – posição de sujeito cuja capacidade de convencer as pessoas a adquirirem produtos de que, regularmente, não precisam é notória –, faz-nos perceber a crítica às relações de poder no mundo empresarial realizada por meio da figurativização das personagens das tiras de Dilbert. No mundo empresarial, a procura exacerbada pelo lucro é frequentemente atingida por vias ilícitas, fraudes em licitações, propagandas enganosas, dentre outros expedientes, que são meios para o fim maior da lógica capitalista: a manutenção da taxa de lucro.

Podemos pressupor que o vendedor não seria ingênuo em querer parecer ser ‘mentiroso’ para um alto executivo da empresa, isso poderia comprometê-lo. Sua contra-argumentação nos faz considerar que ele também criou uma imagem de Carol, levando implicitamente às seguintes conclusões: i) Carol não teria a aparência física de uma diretora (talvez por suas vestimentas); ii) Carol não trabalha num local condizente ao que trabalharia uma diretora (ela não tem uma sala com janela, ela trabalha num cubículo). iii) Carol é mulher e a maioria dos diretores são homens. Esses implícitos corroboram a conclusão que é de suma importância para o humor da tira: Carol nunca deixara de ser uma mera secretária. A mudança se deu, na verdade, na expressão (de secretária para diretora de primeiras impressões) adotada por seu chefe como recurso disciplinar em prol do controle dos corpos no ambiente corporativo que a tira figurativiza.

Para Haber (2015), essa realidade, porém, nos indica algo que ultrapassa a docilização corporal explorada por Foucault em *Vigiar e Punir*. Posteriormente, sobretudo no curso *O nascimento da biopolítica* (1979), o filósofo nuança algo que até então não havia aparecido: a empresa moderna tem um caráter paradigmático, formando um sujeito “empresário de si mesmo, sendo ele próprio seu capital” (FOUCAULT, 2008, p. 311). Tendo isso em vista, relembremos o ocorrido no quadrinho 1. O chefe, o qual possui um corte de cabelo em forma de cornos (simbolizam no imaginário popular a besta, o demônio, personificação do mal), promove Carol, porém, no decorrer da história, concluí-se que a sua real função continua sendo a de secretária, fato que ela mesma se dá conta posteriormente.⁸

A ‘promoção’ concedida pelo chefe, através de um ato performativo, institui uma nova ordem nas relações de poder dentro daquela empresa, esse procedimento de controle visa “manter a dominação e o processo de alienação do homem em relação ao trabalho, aos outros homens e em relação a si mesmo” (AMARAL, 2009, p. 3). O trabalhador alienado pensa em algum dia ascender ao posto maior, o da chefia, contudo, as estratégias discursivas de controle buscam exatamente o contrário: mantê-lo no patamar de dominado. Temos um simulacro de discurso novo, quando os procedimentos de controle, de coerção e de fiscalização, numa formação discursiva empresarial, se travestem com novos valores: escolhas livres, meritocracia, espírito de liderança e de colaboração. De acordo com Amaral (2001, p. 2), na formação discursiva empresarial:

todo o processo de competição gira em torno de um resultado da disputa entre dois ou mais sujeitos, onde um terá vantagens sobre o outro. Essas vantagens poderão ser usufruídas das mais diversas formas, seja derrotando e aniquilando o adversário, seja submetendo-o à vontade e à dominação do vencedor.

⁸ No desfecho da história, Carol se dá conta de sua real posição sujeito no ambiente corporativo: “Estou começando a descobrir que a diretora de primeiras impressões é... GAAA! SOU UMA RECEPCIONISTA!” (ADAMS, 2011, p. 8).

Por meio dos enunciados ‘Você venceu’ e ‘Não se pode competir com um vendedor’ no quadrinho 6, percebemos a crítica feita aos absurdos do mundo corporativo, onde o princípio que assegura a lógica empresarial moderna é a competitividade, o que é contraditório, pois são as relações assimétricas de poder e de domínio de uns sobre os outros que estão na base de sustentação desse princípio.

CONCLUSÃO

Tanto para a Teoria da Argumentação na Língua (TAL), quanto para a Análise do Discurso (AD) de linha francesa, os enunciados veiculam ações por meio de forças, muito embora, haja um deslizamento no sentido da palavra ‘forças’ para os dois quadros teóricos. Para o primeiro, a força refere-se ao fato de que por meio de nossos enunciados, que tem valor ilocucional, tentamos implicitamente (ou explicitamente) direcionar o pensar e o agir dos outros. Já para o segundo quadro, as relações de forças atuariam num nível mais profundo no âmbito da linguagem, pois dada a inserção do sujeito na cultura, por meio da utilização da língua, consideramos também a sua inserção numa ordem de lutas ideológicas de classes pelo domínio dos sentidos. O sujeito, interpelado pela ideologia, retoma dizeres e práticas institucionalizadas, que são produtos das relações de forças.

A consideração desses dois quadros teóricos para a análise aqui realizada foi de fundamental importância, ao passo que pudemos transitar entre o linguístico e o discursivo, tendo em vista a compreensão dos efeitos de sentido nos dois níveis, viabilizada pelo dispositivo analítico constituído dos conceitos dos quadros teóricos referidos. Dessa forma, a análise das relações assimétricas de poder nas tiras de Dilbert revelou a crítica feita aos princípios de repetibilidade dos discursos dominantes no âmbito empresarial.

As HQs e, mais especificamente, as tiras, em decorrência de seu contexto enunciativo e de sua natureza crítica, mostraram-se gêneros preñes de possibilidades de interpretação e propícios a análises semânticas, argumentativas e discursivas, corroborando com a asserção inicial de que o contato com os gêneros referidos pode desenvolver o senso crítico dos sujeitos leitores.

Desvelar as relações assimétricas de poder no mundo do trabalho por meio de diversas materialidades textuais e discursivas é uma possibilidade que alinha-se ao ideal de uma formação humana integral e politécnica de base Marxiana na EPT, pois pode fornecer aos alunos, possibilidades de leituras mais críticas das relações conflituosas e dos jogos de poder os quais encontraram no mundo do trabalho, em uma sociedade capitalista em que o a manutenção do lucro é o que mais importa em detrimento de uma qualidade mínima de vida da classe trabalhadora.

Atendo-nos aos pressupostos de uma formação humana integral e politécnica para a EPT, a qual tem como norte a pesquisa como princípio pedagógico, elaboramos este texto, esperando que possamos abrir caminhos para a realização de práticas pedagógicas com o gênero referido. De acordo com esse modelo de formação, o trabalho, a ciência, a tecnologia e a cultura devem integrar-se. Sendo assim, as práticas em sala de aula regidas pela integração devem conectar-se com um contínuo trabalho teórico que as embasem dialogicamente. Ademais, a análise aqui realizada exemplifica a problematização das tiras de Dilbert a partir de teorias da língua, da linguagem e do discurso, tendo em vista a formação dos autores. Contudo, os textos aqui analisados poderiam receber tratamento teórico a partir de questões colocadas pelas mais diversas disciplinas que compõem a EPT.

A questão da multimodalidade e o jogo com a linguagem figurativizado nas HQs podem ser um atrativo para combater o desinteresse relativo à leitura enfrentado nos ambientes formais,

sobretudo no Ensino Médio Integrado (EMI), pois a linguagem própria do gênero, em sua sinergia entre o verbal e o não verbal é algo que se aproxima mais dos gêneros com os quais os adolescentes lidam em seu dia a dia, a exemplo do gênero *memes*.

Uma possível continuidade desse trabalho seria a transformação desse estudo de cunho mais teórico em um produto educacional para utilização nas diversas disciplinas, que pode se dar de maneira inter e transdisciplinar, atravessando os eixos que compõem a EPT, e congregando trabalho e instrução. Dessa forma, a transposição didática da análise aqui realizada pode ser uma proposta futura para a elucidação de problemas de ensino de diversas ordens.

Esperamos ter contribuído de forma significativa com as pesquisas que levam em consideração o trabalho com a multiplicidade de sentidos presentes em gêneros textuais e discursivos, em uma perspectiva que atravessa a materialidade do texto para chegar ao discurso. Sendo assim, colaborando com o desenvolvimento de práticas pedagógicas alinhadas ao ideal de formação humana integral e politécnica na EPT.

REFERÊNCIAS

ADAMS, S. **Dilbert: você está demitido!** Porto Alegre: L&M, 2011.

AMARAL, M.V.B. A unicidade em tempos de guerra: os sentidos dos discursos da gestão empresarial. **Revista do GELNE**. Vol. 3. N.1. 2001. P.1-4. Disponível <https://www.yumpu.com/pt/document/read/46482297/os-sentidos-dos-discursos-da-gestao-empresarial-gelne>> Acesso em: 12 janeiro. 2020.

AMARAL, M.V.B. Relações de trabalho na formação discursiva do mercado: o que há de novo no velho discurso? *In: Seminário de Estudos em Análise do Discurso*. Porto Alegre: UFRGS, 2009. P.1-7 Disponível em: <<http://anaisdosead.com.br/4SEAD/SIMPOSIOS/MariaVirginiaBorgesAmaral.pdf>> Acesso em: 12 janeiro de 2020.

ANSCOMBRE, J. C.; DUCROT, O. **L'argumentation dans la langue**. Liège: Mardaga, 1997.

ANTUNES, R. 2002. **Os Sentidos do Trabalho**. 6a ed. São Paulo: Boitempo Editorial. (Coleção Mundo do Trabalho)

BENNETT, Jessica. **Clube da luta feminista – Um manual de sobrevivência para um ambiente de trabalho machista**. Rio de Janeiro: Editora Rocco. 2016.

BRANDÃO, H. H. N. **Introdução à análise do discurso**. Campinas, SP: UNICAMP, 2004.

CABRAL, L. T. **A força das palavras: dizer e argumentar**. São Paulo: Contexto, 2010.

CIAVATTA, M. A educação profissional do cidadão produtivo à luz de uma análise de contexto. **Revista Proposta**, v. 29, n.86, p. 76-89, 2000.

CIRNE, M. **Quadrinhos, sedução e paixão**. Petrópolis: Vozes, 2000.

- DUCROT, O. **Princípios de semântica linguística**. São Paulo: Cultrix, 1977.
- EISNER, W. **Quadrinhos e arte sequencial**. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense, 1986.
- FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo. Ed. Loyola: 1996.
- FOUCAULT, M. Estratégia, poder-saber. **Ditos e Escritos IV**. 2. ed. Manoel B. da Motta (Org.) e Tradução Vera L. A. Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2007.
- FOUCAULT, M. **Nascimento da biopolítica**: Curso dado no *Collège de France* (1978-1979). Trad. de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis, Vozes. 2005.
- FRIGOTTO, G. Trabalho como princípio educativo: por uma superação das ambigüidades. **Boletim Técnico do SENAC**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 3, p. 175-182, set /dez. 1985.
- GRICE, P. Logic and conversation. *In*: COLE, P.; MORGAN, J. L. (org) **Syntax and semantics**. New York: Academic Press, 1975.
- HABER, Stéphane. Marx, Foucault et la grande entreprise comme institution centrale du capitalisme (Org.). *In* LAVAL, Christian; PALTRINIERI, Luca; TAYLAN, Ferhat. **Marx & Foucault: Lectures, usages, confrontations**. Paris: La Découverte, 2015.
- HARVEY, David. **A Condição Pós-moderna**. São Paulo: Loyola. 2000.
- INDURSKY, Freda. A memória na cena do discurso. *In*: INDURSKY, Freda ET AL. (org) **Memória e história na/da análise do discurso**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2011.
- LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa**: o neoliberalismo em ataque ao ensino público. Trad. de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2019.
- MACHADO, Roberto. Por uma genealogia do poder. *In*: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- MANACORDA, M. A. **Marx e a pedagogia moderna**. Trad. Newton Ramos-de-Oliveira. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 2010.
- MANFREDI, S. M. **Educação profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.
- MARX, K. Crítica ao programa de Gotha. Lisboa: Avante Edições, 1982b. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1875/gotha/index.htm>.

- MARX, K. Instruções para os delegados do Conselho Central Provisório: as diferentes questões. Lisboa: Avante Edições, 1982a. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1866/08/instrucoes.htm>. Acesso em 21 de dezembro de 2020.
- MARX, K. O capital: crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- MARX, K; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. Comentado por Chico Alencar. Rio de Janeiro. Garamond, 2001.
- MENDONÇA, M. R. S. Um gênero quadro a quadro: a história em quadrinhos. *In*: DIONÍSIO, A. P; MACHADO, A. R. & BEZERRA, M. A. (Org.) **Gêneros textuais e ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna. 2002.
- ORLANDI, E. P. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. Campinas, SP: Pontes, 2003.
- PÊCHEUX, M. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. Campinas: Pontes, 1997.
- PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: UNICAMP, 1995.
- SAVIANI, D. **Sobre a concepção de politecnia**. Rio de Janeiro: Ministério da Saúde/FIOCRUZ, 1989.
- SOUTO MAIOR, R. C. **O discurso na gestão de pessoas**: relações de saber-poder e produção de verdades. João Pessoa: Edições Fotograf, 2011.

Submetido em: julho de 2021

Aprovado em: dezembro de 2021